



LUTA PELA TERRA: ASSENTAMENTO DOIS DE JUNHO OLHOS D'ÁGUA –MG

Suzana Grazielle de Souza – UNIMONTES – Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
Suzanagrazielle10@gmail.com

Kátia Kelly. L. F Trindade – UNIMONTES – Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
katiadefreitas@yahoo.com.br

Ana Maria Lacerda de Freitas – UNIMONTES – Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
katiadefreitas@yahoo.com.br

Fabricia Carlos da Conceição – UNIMONTES – Montes Claros – Minas Gerais – Brasil
Fabriciaka@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como foco de estudo o Assentamento Dois de Junho localizado no município de Olhos D'Água, Minas Gerais. Entendemos que o assentamento é um espaço social por demanda de terra e meios de sua permanência nestes espaços. Desta forma, este estudo busca compreender se após a conquista da terra os moradores do Assentamento Dois de Junho tiveram assistência técnica e financeira para colocar a terra para produzir. O caminho metodológico utilizado consistiu em pesquisas bibliográficas, levantamento e coleta de dados em órgãos oficiais, observações de campo e entrevistas abertas, além dos registros fotográficos. Este estudo aproxima ao máximo de uma abordagem qualitativa, por retrata as relações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa e os espaços no qual estão inseridos.

Palavras-chave: Reistência, Assentamento

FIGHT FOR THE EARTH: SET TWO JUNE EYES OF WATER -MG

ABSTRACT

The present study focuses on the Settlement Two of June located in the city of Olhos D'Água, Minas Gerais. We understand that the settlement is a social space by demand of land and means of its permanence in these spaces. In this way, this study tries to understand if after the conquest of the land the residents of Settlement Two of June had technical and financial assistance to put the land to produce. The methodological approach used consisted of bibliographical research, survey and data collection in official bodies, field observations and open interviews, as well as photographic records. This study approaches the maximum of a qualitative approach, by portraying the relations established between the research subjects and the spaces in which they are inserted.

Keywords: Reistence, Settlement

INTRODUÇÃO

O acesso à terra advindo da reforma agrária deve ser entendido como espaço de integração social onde os assentados tenham condições de vida e de trabalho. O assentamento é um espaço social pela demanda de terras e de meios de sua permanência nestes espaços. A luta destes trabalhadores não cessa com a conquista da terra, eles têm novos desafios, o de colocar a terra para produzir e garantir a sua sobrevivência e de seus familiares. O assentamento é um espaço preciso em que uma população será instalada é, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo o objetivo é a sua exploração agrícola. (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CHONCHOL,1997). O assentamento Dois De Junho objeto deste estudo teve a reconfiguração social e territorial do seu espaço físico, que antes era dominado pelo latifúndio (tempos da antiga fazenda da Rocinha) e que após a conquista da terra passou a ser reconfigurado pelas relações de vida e de trabalho dos assentados, contendo aspectos de um território. Todavia entendemos que estes trabalhadores não lutam apenas por um pedaço de chão, mas por um território para que possam estabelecer as suas relações sociais do cotidiano. Sendo este um dos motivos de sua permanência no meio rural.

Desta forma este estudo busca compreender se após a conquista da terra os moradores do Assentamento Dois de Junho tiveram assistência técnica e financeira para colocar a terra para produzir. o caminho metodológico utilizado consistiu em pesquisas bibliográficas, levantamento e coleta de dados em órgãos oficiais, observações de campo e entrevistas abertas, além dos registros fotográficos. Este estudo aproxima ao máximo de uma abordagem qualitativa, por retratar as relações estabelecidas entre os sujeitos da pesquisa e entre os espaços no qual estão inseridos.

Os moradores do assentamento Dois de Junho obtiveram conquistas como o direito à terra de trabalho, a criação da Associação da Rocinha, a implantação de uma Escola no Assentamento. Contudo, há alguns obstáculos a serem vencidos como: acesso a água encanada nas residências, linhas de credito, assistência técnica, credito habitacional insuficientes.

O artigo encontra se estruturado em três partes: Primeiramente tecemos considerações sobre a ofensiva do capital e a Luta pela Terra Norte de Minas, posteriormente enfatizamos a luta pela Reforma Agrária, e por fim, na terceira parte do artigo evidenciamos a Reterritorialização do Assentamento Dois de Junho.

2.OFENSIVA DO CAPITAL E A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS.

No final do anos de 1960 surgem os chamados Complexos Agroindustrial Brasileiro considerado um marco na arrancada do processo industrial no país, Graziano da Silva (1998) diferenciou os complexos rurais da fase comandada pelos complexos agroindustriais, considerando que os complexos rurais detinham uma certa autonomia de consumo e de produção, no entanto na nova fase comandada pelos CAIS é cada vez mais comum utilizar produtos químicos e técnicas novas na produção.

A Reestruturação da economia agro comercial em agroindustrial se processou em duas etapas: a internacionalização da indústria de máquinas e insumos para a agricultura e constituição dos CAIS, Complexos Agroindustriais Brasileiro levando a agricultura a uma crescente subordinação à dinâmica industrial. (SILVA, 1998, p.32)

Para o autor, a agricultura “moderna” apresenta uma dependência em relação a indústria, nesta perspectiva, o campo adquire moldes industriais como sistema de produção, na prática as propriedades tornaram se cada vez mais especializadas, este período é marcado pela grande dependência do capital que para produzir, visto que se torna desnecessário a participação do produtor rural, desta forma, dando lugar para o administrador, o operador de máquinas como para tantos outros nomes que advém do processo modernizador implementado no Brasil.

Para promover a modernização o governo buscou nos estados unidos a tecnologia necessária, uma vez que como aponta Feitosa e Barbosa (2006, p. 181) o modelo de desenvolvimento rural adotado na região norte de Minas foi baseado na Revolução Verde¹ que é caracterizado pelo uso intensivo de mecanização e de pacotes de agroquímico, que por um lado levou a modernização do campo, mas em contrapartida implicou no empobrecimento dos agricultores familiares, na degradação dos recursos naturais e na manutenção da concentração fundiária.

Todavia para este processo modernizador ser implementado foi necessário adaptar os avanços tecnológicos a realidade brasileira, então foi criado alguns órgãos governamentais como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

¹ A Revolução Verde, foi arquitetada no Estados Unidos após segunda guerra mundial era um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes na agricultura a fim de aumentar a produtividade. No Brasil durante o governo militar havia duas alternativas, fazer a reforma agrária, ou modernizar a agricultura o caminho escolhido pelo regime militar foi promover a modernização mantendo intacta a estrutura fundiária vigente.

criada em 1973, empresa responsável pelo desenvolvimento de inovações tecnológicas bioquímicas. Em Minas Gerais, foi criada em 1974, a empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) tendo como objetivo difundir a tecnologia; além da implantação em 1975, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); As pesquisas eram voltadas para o melhoramento da produção na tentativa de corrigir as deficiências dos solos, prevenir doenças, aumentar o rendimento, bem como o atendimento das exigências do mercado internacional das variedades produzidas.

Na área dos cerrados a participação do estado foi fator decisivo para promover a reestruturação agrícola, dentro dos programas governamentais pode se destacar a atuação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO); Programa Brasileiro das áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa Cooperativo Nipo brasileiro para Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). Entre os programas governamentais a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), talvez seja a que tenha produzido mais efeitos no Norte de Minas. A Superintendência foi criada pela lei nº 3.962 de 1959, e representou o esforço do governo federal no sentido de agir, planejar e administrar os recursos públicos financiando projetos que promoveriam o desenvolvimento econômico. A região do norte minas faz parte da área de atuação da SUDENE, uma vez que a referida região apresenta aspectos econômicos e sociais semelhantes da região nordestina, e por apresentarem estas características passaram a fazer parte do então chamado ²polígono das secas.

Assim como afirma Feitosa e Barbosa (2006, p. 171) A inclusão da região como parte do semiárido nordestino, sob tutela da Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na segunda metade do século passado permite a intervenção coordenada do Estado, por meio, sobretudo dos mecanismos de incentivos fiscais e de linhas de financiamento para o estabelecimento de empreendimentos comerciais, industriais e agropecuários. O norte de minas passa a atrair grandes projetos de fruticultura irrigada, pecuária extensiva e floresta homogênea de pinus e eucaliptos. É importante salientar que o município de Olhos D'água, objeto deste estudo, também está inserido na área de atuação da SUDENE, privilegiando apenas os aspectos econômicos e

² A lei 1348, de 1951, estabeleceu os critérios e delimitação da região do “Polígono das secas”, segundo dados do INCRA os municípios que formam o Polígono das Secas são aqueles relacionados no Ajuda do Programa Gerador da Declaração do ITR, situados nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

desconsiderando as questões sociais e ambientais. É importante considerar que estes projetos são intensivos na exploração da natureza, e não beneficiou o pequeno agricultor que ficou a margem de tal processo o que contribuiu para intensificar a concentração fundiária e agravar os vários conflitos no campo brasileiro após 1960. Conforme aponta Feitosa e Barbosa (2006, p.171):

a luta pela terra no norte de Minas tem origem, pelo menos, no século XIX com a legislação que instituiu o mercado de terras no país, mas se intensifica com o processo conhecido como modernização do campo, a partir dos anos de 1960. Tal processo produziu intensas transformações na paisagem regional, influenciando diretamente na vida das populações rurais.

Segundo o autor a luta pela terra no Norte de Minas é uma questão antiga, mas que ganha novos contornos a partir de 1960, com o processo de modernização da agricultura. Ainda de acordo com o mesmo autor os conflitos foram intensificados nesta região, tivemos o Conflito de Cachoeirinha em Verdelândia – MG, o conflito da Fazenda Tapera em Riacho dos Machados, MG. No final de 1990 e 2000 surgem outros movimentos de Luta pela terra como: Assentamento Mocambo Firme – Montes Claros, Fazenda Caatinga – São Francisco MG, Em 2002 tivemos a ocupação da fazenda Sanharó- Montes Claros-MG, em 2003 Acampamento Estrela do Norte –Montes Claros, MG. Em Pirapora tivemos a ocupação da fazenda da Prata e da fazenda Cocal criando os acampamentos Josué e Che Guevara. Estes são apenas alguns eventos que corroboram formas de resistência a expansão do capital no Norte de Minas, são trabalhadores que clamam por uma Reforma Agrária para corrigir séculos de uma concentração fundiária injusta.

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA.

O termo³ reforma agrária nos remete a democratização do acesso à terra, resultado de conquistas de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, trata-se de uma

1. De acordo com o Art.184 da Constituição Federal de 1988 compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 186 da Constituição Federal. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

política pública de acesso à terra. De acordo com Fernandes (2008) “[...] a reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária [...]”. Segundo este autor a questão agrária é entendida como um problema “estrutural do capitalismo” que ocasiona as desigualdades e expropriações do campesinato que não aceitam a subordinação ao capital. A questão agrária é mais ampla e complexa, por envolver aspectos econômicos, políticos e sociais.

Segundo (OLIVEIRA,2007, p. 106) A luta pela reforma agrária ganhou dimensão no cenário nacional do país a partir das ligas camponesas, que marcaram as décadas de 1940 e 1960. As ligas foram se organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA,2007, p. 106)

As ligas camponesas foram, portanto, o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária em caráter nacional que opunha contra as injustiças que estavam submetidos os camponeses, que resistiam a expulsão de suas terras pelo capital. Juntamente com a Ligas Camponesas tivemos também alguns movimentos sociais neste processo histórico que lutava contra a estrutura fundiária vigente, dentre os quais podemos citar: Em 1959 a atuação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), a Fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1963, a elaboração do Estatuto da Terra pelo regime militar e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975.

Com a ditadura militar (1964-1985) de certa forma esse debate foi mutilado, proibido, mas a realidade agrária continuou desenvolvendo-se. a ditadura militar foi derrotada. Veio o período de abertura política. ressurgiram os movimentos sociais no campo, de luta pela reforma agrária. e o debate se reacendeu a partir dos anos 1980. reacendeu nas universidades, nos partidos políticos, nos movimentos sociais e nas organizações não governamentais, como ficaram conhecidas as entidades que assessoravam ou atuavam no campo, como apoio aos movimentos de trabalhadores. reacendeu-se também na igreja. (STEDILE, 2013, p. 12).

Em 1984, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), De acordo com Fernandes (1999) de grande repercussão nacional e internacional, ele nasce da luta por demanda de terras e se reproduz nos processos de territorialização e espacialização da luta estes trabalhadores não lutam apenas pela conquista da terra para

produzir, lutam pelo acesso a outros direitos sociais como saúde, educação, e políticas voltadas para sua permanência no meio rural.

Em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso o tema agrário fica para segundo plano com implantação de políticas mais voltadas para a estabilização econômica, e repressão dos acampamentos devido à crescente insatisfação dos trabalhadores com a realidade em que se encontrava o país, foi uma reforma que não se sensibilizava por mudanças sociais, visava atender e fortalecer o agricultor familiar, mais capitalizado, e o agronegócio, constituído por pecuaristas, produtores de soja e de cana de açúcar, na verdade são grandes latifundiários que encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar e controlar grande parte das terras do país. (FERNANDES, 2008, p. 4)

O processo de reforma agrária brasileiro teve vários entraves políticos, não representou uma redistribuição justa de terras e nem alterou a estrutura fundiária vigente. O processo reformista foi concebido mais com intuito de controlar e desmobilizar os diversos movimentos sociais. Estes movimentos promovem ocupações na tentativa de criação e formação de assentamentos rurais que podem ser “definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”. (BERGAMASCO e NODER, 1996, p. 7-8).

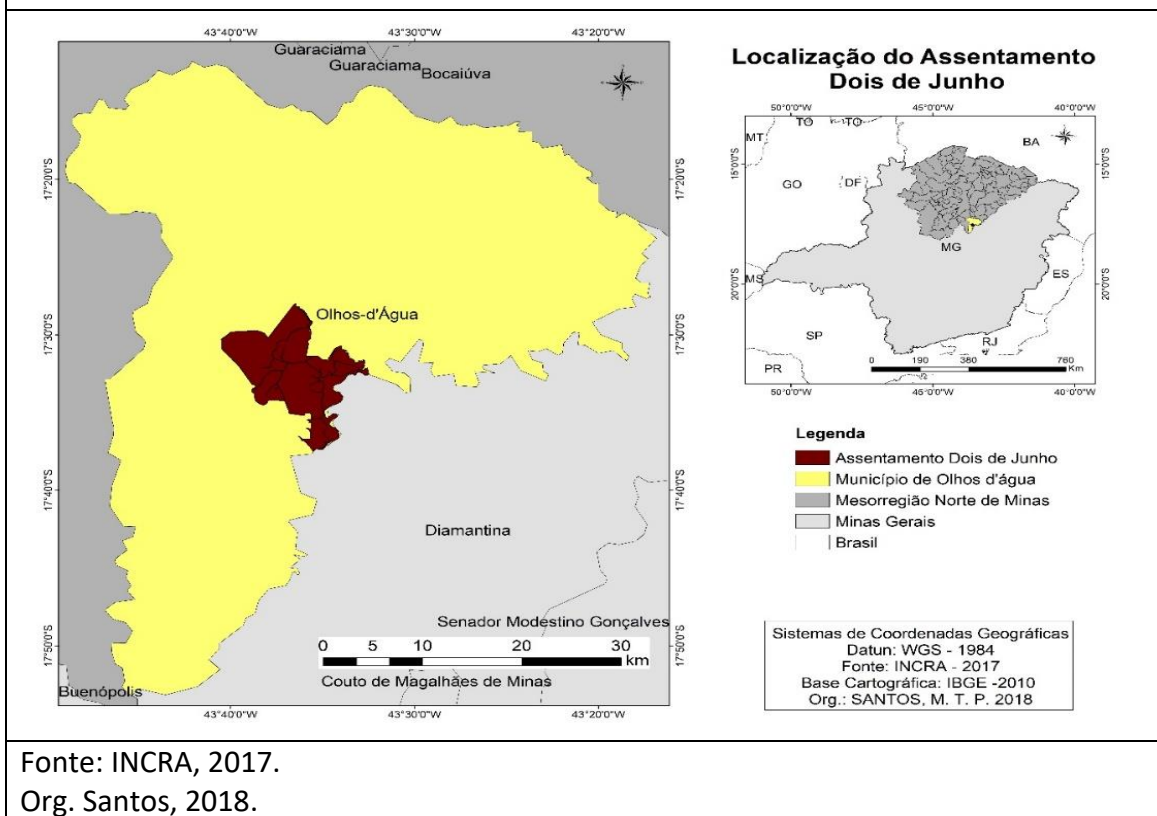
Os autores reforçam o aspecto territorial do assentamento devido ao seu uso social. A conquista da terra, significa a conquista de um novo território, onde os assentados desenvolvem novas relações sociais e de trabalho, transformando os antigos espaços do latifúndio em seus territórios. A luta é uma constante na vida dessas pessoas, após conquistarem a terra, surgem desafios, ou seja, encontrar alternativas de resistir na terra de trabalho, para isto é necessário criar condições de vida e de produção que garanta a sua sobrevivência e de seus familiares.

3 ASSENTAMENTO DOIS DE JUNHO ESPAÇO DE RETERRITORIALIZAÇÃO

A área da pesquisa encontra-se regionalmente inserida na bacia do Jequitinhonha, distante 94 km de Montes Claros e localiza-se na cidade de Olhos D'Água, aproximadamente 12 km da sede do município, o acesso é facilitado pela BR 451.

Mapa 1 - Mapa da localização do Município Olhos D'Água e do PA Dois de Junho no Norte de Minas

Mapa 1 – Localização do PA Dois de Junho.



Os limites do assentamento compreendem ao norte Fazenda Pedra Negra e Fazenda das Rosas, ao Sul encontra se área de reflorestadora Floresta Minas, a Oeste limita-se com uma área de Mineração de Paulo Coelho e a 5 km do Parque das Sempre vivas. O Projeto de Assentamento conta com uma área total de 14.365,07 hectares.

A primeira ocupação na fazenda da Rocinha ocorreu no dia Dois de Junho de 1999, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiuva (STR). O assentamento recebeu este nome por ser esta a data que marcou a ocupação das famílias na área da antiga fazenda Rocinha.

Vejamos a seguir a transcrição da entrevista de um dos primeiros moradores do assentamento, ao ser indagado como foi a sua chegada à fazenda da Rocinha:

Nós entramos no dia 02 de junho de 1999, [...] viemos para cá [...] daí depois de 3 dias, recebemos foi a polícia lá de Bocaiúva, tenente Rômulo mais uns

oito, e nós ficamos como invasor da terra, aquele negócio todo, eles fez ocorrência nossa, mas como nós não podíamos retirar daqui de dentro. Só com ordem de juiz porque não nós éramos invasores, e aquele negócio todo. (Assentado 1. Entrevista realizada em outubro de 2017).

Conforme descrito pelo entrevistado, a ocupação e conquista da terra não ocorreu de forma pacífica, considerando o quadro de violência da justiça local e do proprietário da fazenda. Dentro deste quadro de resistência e estruturação do PA, é importante frisar como elemento estratégico a implantação da escola João Eduardo Pereira, na antiga sede da fazenda (casa do fazendeiro), conforme a foto1.

Foto 01 - Escola do Assentamento



Foto: SOUZA, Suzana Grazielle, out, 2017.

A Escola Municipal João Eduardo Pereira atende cerca de 160 alunos e contempla 1º a 4º série do ensino fundamental, sendo ofertado transporte escolar para as demais séries que é realizada na cidade de olhos D'Água. A escola iniciou a suas atividades no assentamento no ano de 2000, antes da emissão da posse da terra que só veio ocorrer em 2005. Diante do quadro de incertezas, a criação da escola fortaleceu o processo de luta e conquista da terra pelos assentados. Mais do que uma benfeitoria realizada na terra ocupada, a escola marcou historicamente o processo de conquista da terra.

Além da escola, a associação Comunitária da fazenda da Rocinha teve esta função estratégica, considerando que estas instituições são elementos fundamentais que contribuíram no processo de luta e na efetivação do território. Como a situação se tornava cada vez mais complicada e com a pretensão de exploração de garimpo às margens do rio Jequitinhonha e, principalmente, a recusa do proprietário em vender as terras ao INCRA, além dos pedidos de reintegração de posse, a consolidação do PA era incerta. Daí que tais instituições sejam consideradas como elementos estratégicos de resistência e conquista da terra.

Havia uma conflitualidade latente na ocupação Dois de Junho, até que no dia 03 de setembro de 2003 houve na cidade de Belo Horizonte uma audiência de conciliação conduzida pelo juiz de Vara Agrária, funciona

rios do INCRA, ITER, STR, CPT, FETAEMG, e os acampados, selando um contrato de comodato por tempo indeterminado. Conforme o entrevistado:

O advogado dele depois que não conseguiu nada aqui em Bocaiúva, passou pra Belo Horizonte, veio uma ordem de despejo para sairmos com 10 dias daqui de dentro, só tem que conseguimos um transporte para ir a Belo Horizonte. O advogado dele deu uma de sabedoria, mas acontece que ele errou porque aqui já tinha escola e aquele trem todo. Quando foi para o ministério da justiça a promotora falou que só tinha 15 famílias perturbando o fazendeiro e aquele trem todo e fez aquela confusão, mas tínhamos advogado ele falou que o INCRA tinha interesse em fazer negociação da terra. Foi aí que salvou a situação. (Assentado 2. Entrevista concedida em outubro de 2017).

As relações estabelecidas ao longo do processo de ocupação e posse das terras da Fazenda Rocinha podem ser concebidas em dois momentos: primeiramente temos a atuação mais efetiva do STR e CPT que auxiliaram no processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra atuando como principais mediadores de diálogo entre os acampados e o poder público (INCRA); num segundo momento houve implantação da escola primária e da Associação Comunitária da Rocinha, ambas têm papel significativo que marcaram a luta e a conquista da terra pelos assentados.

Desta forma, somente em 10 de março de 2005 houve o decreto de desapropriação das terras da antiga fazenda Rocinha. Desde então o INCRA aproximou-se destas famílias e passou a prestar assistência por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para elaboração do PDA que contou com uma equipe

multidisciplinar da (Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural) – EMATER MG (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) – INCRA e da Assessoria Técnica Socioambiental (ATES). Sendo o primeiro o responsável pela elaboração o segundo empreendedor do projeto e ao último coube a tarefa de acompanhamento e a implantação do PDA.

Quanto a organização territorial do Projeto de Assentamento Dois de Junho foi dividida em 100 parcelas de lotes familiares, três áreas de uso coletivo, uma área de reserva legal e áreas de preservação permanente. O tamanho dos lotes varia em torno de 60 a 20 hectares. Atualmente, o assentamento conta com cerca de 100 famílias, das quais 72 são legalizadas e 28 ainda lutam para conseguir a regularização junto ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Os primeiros moradores ficaram com lotes maiores enquanto os mais recentes permaneceram com os de 20 hectares.

Em cada lote mais antigo foi construída uma casa seguindo o padrão do INCRA com 36 m², os moradores receberam um crédito de 5.000,00 para compra de materiais para construção, embora seja um valor insuficiente é importante lembrar que nem todos foram beneficiados pelo crédito habitação e muitos ainda vivem em moradias de adobe, barro e taipa.

Foto 2 – Mosaico de fotografias (Residência do Assentado PA Dois de Junho e Trator da Associação)



Autor: SOUZA, Suzana Grazielle, julho, 2018.

Na foto 2, temos a residência do assentado do PA Dois de Junho, a foto 3 representa o trator da Associação da Rocinha que foi adquirido através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR\MG), este Programa foi implementado pelo governo de Minas Gerais com apoio do Banco Mundial, tendo como objetivo desenvolver ações que amenizassem a pobreza rural.

Dentre as conquistas dos assentados podemos citar a criação da Associação Comunitária da Fazenda da Rocinha (foto 4) que é constituída por uma presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário. A sede da Associação é onde acontecem mensalmente as reuniões da associação, as festas, e os leilões dos assentados

Foto 04 – Moradores na sede da Associação Comunitária



Emater\2007.

Foto 05 - Plantio de mandioca e banana Assentamento Dois de junho.



Autor: SOUZA, Suzana Grazielle, julho, 2018

Desta forma, os assentados do PA Dois de Junho territorializaram os espaços antes ocupado pelo latifúndio com novas formas de organização, de lazer e de trabalho, a Associação Comunitária da fazenda da Rocinha, (foto 4) adquiriu nova funcionalidade territorial.

A foto 5 evidencia a forma como os assentados organizam os sistemas de cultivos, sobretudo, demonstra a técnica de consorciamento de culturas de mandioca e banana. Estes fatores, aliados à persistência e luta destas pessoas, tornam-se decisivos no processo de territorialização do PA Dois de Junho.

Quanto ao abastecimento de água no assentamento os moradores enfrentam dificuldade, há muitas moradias que ainda são abastecidas pelo caminhão pipa, houve a perfuração de alguns poços artesianos para atender os lotes mais distantes, no entanto os assentados não dispõem de recursos financeiros para fazer as canalizações até as suas residências.

A instalação e fornecimento de energia elétrica ocorreu através do Programa Luz para Todos do Governo Federal, que contemplou 95% dos imóveis. Houve também a recuperação e abertura de novas estradas propiciando melhorias no acesso na área do assentamento.

Quanto à disponibilidade de recursos financeiros e assistência técnica, concedidos aos assentados, um dos primeiros moradores do assentamento relatou que,

De início, o que recebi de apoio do INCRA foi quatro bolas de arame, um desentregador e umas 4 a 5 feiras, que veio para nós[...]vou te falar uma verdade no início nós sofremos aqui. (Assentado 3. Entrevista concedida em outubro de 2017).

Algumas famílias de assentados também participaram do programa de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF- Este programa surgiu na década de 1990, criado pelo decreto 1.946 e tinha como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural construído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (PRONAF, 1996, p.01).

Compreendemos que o Estado passou a estimular este programa, instigando o e capitalizando o produtor rural para adquirir as novas tecnologias e os insumos em seu processo produtivo. A sua instrumentalização está voltada ao processo de mercantilização, não deixando explícito o tipo de fortalecimento que ele quer gerar na agricultura. Seu pacote de estímulos conduz ao processo de subordinação dos territórios. (PANTA; MOREIRA, 2014, p. 512)

Em relação aos programas de crédito rural acessados pelos moradores do PA Dois de Junho constatamos que apenas 3 famílias conseguiram financiamento pela linha de crédito PRONAF A⁴, eles afirmaram que não obtiveram o crédito, por não atenderem aos requisitos exigidos pelo banco, como entraves de documentação. Os demais assentados não tiveram interesse em acessar o crédito com receio de não conseguirem pagar e acabar endividando.

⁴ Conforme dados do INCRA a modalidade de PRONAF A, compreende a valores de R\$ 25 mil por família destinado à estrutura produtiva dos lotes da reforma agrária, tendo como objetivo a geração de renda aos assentados que adquirem todo o implemento e benfeitorias reprodutivas no comércio local.

Quanto ao Fomento Mulher⁵ a moradora do assentamento afirmou que:

[...] em relação ao Pronaf mulher, o INCRA veio e fez a documentação para 29 mulheres do assentamento, mas você sabe eles vêm e fazem de todo mundo, mas se vai ser aprovado só Deus sabe[...] Sei que destas 29 mulheres apenas 12 conseguiu pegar o crédito no valor de 3.000 reais.

Nota-se que diante de todas as dificuldades encontradas pelos moradores do assentamento PA Dois de junho, estes sentem satisfeitos com a conquista da terra, a maioria dos trabalhadores não acessaram linhas de crédito para preparação e cultivo da terra, seja por receio de não conseguirem quitar as dívidas ou mesmo pelos entraves colocados pelas instituições responsáveis pela concessão do crédito. Todavia estes trabalhadores conseguiram colocar a terra para produzir mesmo diante de tantas adversidades enfrentadas, a conquista da terra consagra um novo tempo para os assentados do PA Dois de Junho, que estabeleceram novas formas de produção e socialização, em um espaço que antes era dominado pelo latifúndio, passa a ser ressignificado e reconfigurado tornando o em lugar de vida e trabalho para os assentados.

CONSIDERAÇÕES

A concentração de terras ainda se faz presente no espaço brasileiro, sobretudo no Norte de Minas, o que desencadeou uma série de conflitos e movimentos sociais de luta pela terra. Os assentamentos rurais são criados como estratégia dos governos em minimizar e desmobilizar os movimentos sociais, estes não pretendem resolver as questões de concentração fundiária nem tão pouco solucionar os problemas dos trabalhadores rurais, isso deixa claro que os governos estão comprometidos com o interesse de uma minoria representada pela elite fundiária do país.

Para os assentados a conquista da terra celebra um novo período em suas vidas, é o momento que eles estabelecem os seus modos de vidas, novas formas de produção e socialização, o espaço que antes era dominado pelo latifúndio é ressignificado e reconfigurado tornando o em lugar de vida e trabalho para os assentados.

⁵ Fomento Mulher- objetiva implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais), em operação única, por família assentada;

Foi possível constatar que os moradores do assentamento Dois de Junho obtiveram muitas conquistas como o direito à terra de trabalho, a criação da Associação da Rocinha, a implantação da Escola. No entanto após mais de 12 anos da implantação do PA Dois de junho os assentados ainda enfrentam uma série de dificuldades como residências precárias, ou em fase de acabamento, abastecimento de água comprometido e falta de assistência técnica e financeira para o preparo e cultivo da terra.

REFERÊNCIA

JUNIOR, João Cleps. GOMES, Renata Mainenti, In: FEITOSA, Antônio Maurílio. **A luta pela Terra no Norte de Minas e o Processo de Territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST Estudo da Brigada Camilo Torres.**2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Marta Inez Medeiros, Júlio Cesar Suzuki. **Geografia Agrária: Teoria e Poder.**1ed.São Paulo: Expressão popular, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST (1979 –1999)** TESE apresentada no Curso de Pós – Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor.1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano .O MST E AS REFORMAS AGRÁRIAS DO BRASIL , dezembro de 2008. **NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - Disponível em www.fct.unesp.br/nera.

FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker. **Retratos de Assentamentos.** Araraquara, SP, 2009.

FEITOSA, Antônio Maurílio. **A luta pela Terra no Norte de Minas e o Processo de Territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST Estudo da Brigada Camilo Torres.**2008.

GRAZIANO, da Silva. **A Nova Dinâmica da agricultura brasileira.**2ºed.Campinas:Unicamp1998.

LEITE, S. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O Desmonte da nação: balanço do governo FHC.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 153-180.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e Antônio Thomas Júnior. **Trabalho e Dinâmicas Territoriais no campo**: Os Povos Cerradeiros da Luta por um Território Livre. Revista pegada vol. 12.dez 2011.

MOURA, Margarida Maria.Camponeses.2ºed.SP.Atica 1988.
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção Agricultura e Reforma Agraria**. SP. Labur edições 2007.

PANTA, Rômulo Luiz Silva , MOREIRA Ivan Targino .**O TERRITÓRIO REFORMADO PELO CAPITAL FINANCEIRO: O CASO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA EM SAPÉ-PB**. São Paulo,2014 in: Estudios Territoriales.

PANTA, Rômulo Luiz Silva , MOREIRA Ivan Targino .**A Geografia das Lutas no Campo**.6ºed.SP:Contexto 1994.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4. ed. 2. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

WOOTMAM,K.**Com Parente Não se Negocia**. **Anuário Antropológico** 19887.RJ:Tempo Brasileiro.p.11,73 1990.

Suzana Grazielle de Souza - Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES .

Kátia Kelly. L. F Trindade - Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Ana Maria Lacerda de Freitas - Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Fabricia Carlos da Conceição Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES .

Recebido para publicação em 15 de março de 2019.

Aceito para publicação em 28 de março de 2019.

Publicado em 20 de abril de 2019.